

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1395 | 10/07/2017 a 16/07/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MATRIZ ENERGÉTICA

UNIDOS PELA ENERGIA RENOVÁVEL

Com nova legislação sobre geração distribuída, cooperativas começam a funcionar no país. No Paraná, empreendimento usará biomassa na produção de eletricidade

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Em países europeus, o constante aperfeiçoamento das legislações voltadas a produção e compartilhamento de energia renovável permitiu um avanço na tecnologia empregada na destinação de passivos ambientais nas propriedades rurais, além de gerar renda extra aos produtores pela eletricidade oriunda da biomassa. O Brasil ainda caminha lentamente neste sentido, mas algumas iniciativas começam a surgir, com a criação de cooperativas pelo país. Mudanças em normas da Aneel vêm estipulando a possibilidade de gerar créditos com a injeção da energia excedente na rede das concessionárias. É um pequeno avanço.

Nesta edição, trazemos ainda uma reportagem sobre as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) voltadas ao setor de leite. Curso do SENAR-PR ajuda produtores a se prepararem para as exigências de mercado.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

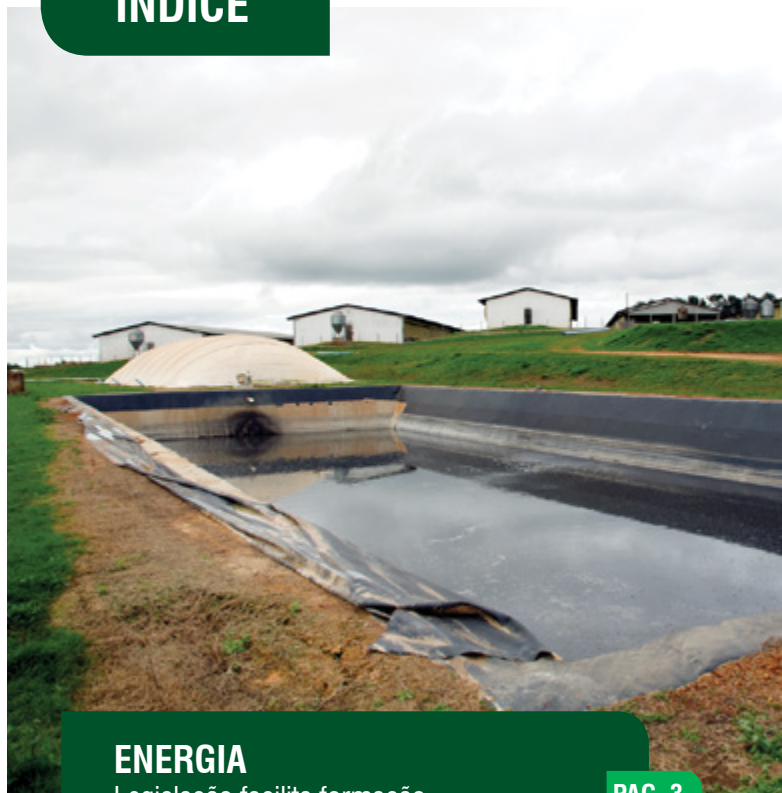
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedir-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1395:

TopGen, Fernando Santos, Giuliano Gomes, André Amorim, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



ENERGIA

Legislação facilita formação de cooperativas no país

PÁG. 3

SENAR-PR

BPA prepara produtores de leite

Pág. 8

PAP 2017/18

Caixa apresenta diretrizes para financiamento da safra

Pág. 12

MERCADO

Empresas paranaenses viram alvo de estrangeiros

Pág. 14

HISTÓRIA

Operação Entebbe

Pág. 16

PER

Produtor de flores

Pág. 20

Cooperativas energéticas

Modelo regulatório de geração distribuída começa a se estabelecer no Brasil. Primeiro empreendimento paranaense foi criado este ano

Por André Amorim



No Paraná, a geração de energia renovável já é uma realidade por meio do biogás, mas ainda é restrita à utilização nas propriedades rurais

A biomassa será o combustível da primeira cooperativa de geração distribuída de energia renovável do Paraná. A Cooperativa de Energia Paraná 1 vai inaugurar um novo momento na legislação regulatória da geração energética no país.

Fundado em janeiro de 2017, o empreendimento da Ecoperativas – Cooperativas de Energia ainda não está em operação, mas já é inovador ao propor um novo modelo de negócio, que pode viabilizar a mini e micro geração distribuída de energia, como aquela que ocorre dentro das propriedades rurais por meio de biodigestores, que processam resíduos animais e vegetais para geração de biogás.

Entre 2009 e 2012, era possível vender a energia exce-

dente gerada na propriedade, recebendo um valor fixo por kWh injetado na rede da empresa concessionária de energia elétrica. Esta era uma possibilidade interessante, por permitir a remuneração dos produtores de energia renovável. No Paraná, um dos casos mais conhecidos do uso deste modelo foi na Fazenda Colombari, localizada em São Miguel do Iguazu (região Oeste), que conseguia vender a energia gerada pelo processo de biodigestão dos dejetos de uma granja suína.

Esta possibilidade de venda direta da energia foi encerrada em 2012, com a publicação da Resolução Normativa (RN) n.º 482/12, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Esta medida estabeleceu as regras para a Gera-

ção Distribuída (GD), com a possibilidade de gerar créditos com a injeção da energia excedente na rede. Esses créditos energéticos poderiam ser consumidos em até 36 meses apenas pelo mesmo CPF/CNPJ.

A medida foi revisada em 2015 pela resolução 687/15, da Aneel, na qual está prevista a modalidade de “Geração Compartilhada”, por meio da qual o gerador de energia pode compor um consórcio ou cooperativa com outras pessoas físicas ou jurídicas, com CPF e CNPJ distintos, com o qual os participantes que não geram energia “arrendam” a unidade geradora para utilizar a eletricidade excedente. “Não consiste numa compra propriamente dita da energia colocada na rede, mas é possível prever em contrato uma remuneração pelo arrendamento e pela performance da geração para o produtor”, explica Rafael Gonzalez, diretor de desenvolvimento tecnológico do Centro Internacional de Energias Renováveis–Biogás (CIBiogás), instituição paranaense que desenvolve tecnologias para o setor de biogás.

A geração de energia elétrica pela biodigestão de resíduos animais ou vegetais, por meio da produção de biogás, tem grande potencial no Paraná, que reúne o maior plantel suíno do país. Além disso, a expertise técnica está consolidada nesta área, com a atuação do CIBiogás, entidade vinculada à Itaipu, que tem entre seus parceiros a FAEP.

Existem diversas iniciativas bem-sucedidas de geração de energia em propriedades rurais por meio do biogás. Nesses casos, a produção também elimina o problema da destinação ambientalmente correta dos dejetos dos

animais, tornando a alternativa duplamente interessante. Porém, até o momento não há nenhum modelo de cooperativa de energia gerada a partir do biogás.

De acordo com o presidente da Ecoperativas, Rui Alexandre Sabatke Gutierrez, o biogás poderá ser o combustível da próxima cooperativa de energia da empresa, uma eventual Paraná 2. “Sou fã do biogás. Ele limpa o efluente das propriedades, gera biofertilizante, gera energia, ou seja, gera recursos utilizando um passivo ambiental”, afirma.

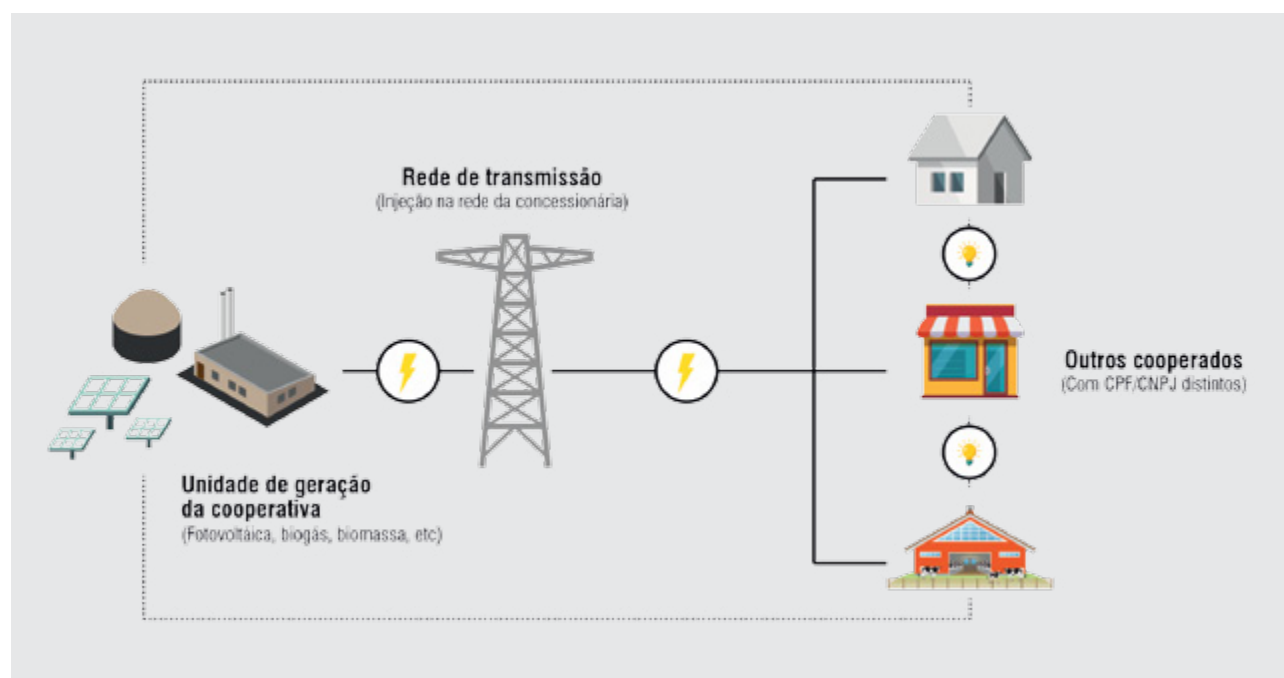
Para a instalação da primeira usina geradora, que utilizará biomassa lenhosa, a Ecoperativas realizou estudos para identificar o melhor local, onde há disponibilidade de matéria-prima. A localização exata da planta no Paraná, que terá capacidade para gerar até 1 MW, ainda é confidencial, segundo a empresa, por questões estratégicas.

Segundo Gutierrez, a partir do momento em que estiver operando, a usina irá injetar energia na rede da Companhia Energética do Paraná (Copel), que poderá ser consumida em diversos pontos do Estado, por qualquer um dos 20 cooperados fundadores, que têm CPFs e CNPJs distintos entre si, como comerciantes e residências.

A Cooperativa de Energia Paraná 1 já tem CNPJ e está registrada na Junta Comercial do Estado. Por enquanto, Gutierrez diz que não pretende abrir cotas adicionais. “Não vamos iniciar a venda de cotas enquanto não iniciar a construção da usina”, diz. Depois que esta primeira iniciativa estiver operando, outras poderão surgir utilizando o mesmo modelo de negócio que tem como base a geração distribuída de energia. “Uma segunda usina, com capa-

COOPERATIVA DE ENERGIA DISTRIBUÍDA RENOVÁVEL

(Geração Compartilhada)



cidade de 5 MW poderá atender indústrias que têm uma demanda maior de energia”, explica.

Na avaliação dele, no que se refere aos aspectos regulatórios e burocráticos que poderiam ser um entrave na relação entre uma cooperativa e uma empresa concessionária de energia, todas as questões foram equacionadas. “Não é tão fácil porque esse modelo ainda é muito novo, mas a Copel vem apresentando boa vontade de cooperar”, afirma Gutierrez.

Exemplo europeu

Um dos pontos que mais chamou a atenção dos produtores paranaenses que participaram das viagens técnicas organizadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR à Alemanha, Áustria e Itália, realizadas no primeiro semestre deste ano, foi a diferença na legislação para comercialização de energia de pequenos geradores.

Nos três países europeus, o setor público instituiu as chamadas *feed-in tariffs* [contrato de oferta padrão], com objetivo de acelerar os investimentos em energias renováveis (solar, eólica e biogás). Por meio deste mecanismo, o governo compra a energia de pequenos geradores, remunerando a produção conforme a fonte de geração. Quanto mais sustentável o modelo, maior o subsídio do governo no pagamento por kWh injetado na rede de distribuição.

No Brasil, apesar de existir um grande potencial para geração de eletricidade no meio rural, por meio da biodigestão de resíduos animais e vegetais, o nosso modelo regulatório não permite a venda direta da energia produzida

nas propriedades. A solução até o momento para não desperdiçar esse potencial pode estar no modelo de negócio das cooperativas energéticas.

No Pará

Um dos casos mais emblemáticos desta modalidade no Brasil é a Cooperativa Brasileira de Energia Renovável (Cooper), que atua com energia solar. Fundada em fevereiro de 2016 em Paragominas, no Pará, ela foi a primeira cooperativa de geração distribuída no Brasil a aproveitar a nova regulação da Aneel. Segundo seu presidente, Raphael Vale, o investimento total do empreendimento – com a instalação de painéis fotovoltaicos (solares), obras civis, constituição da cooperativa, ligação na rede, etc. –, foi de R\$ 600 mil. Com potência instalada de 74 kWp, ela hoje atende 22 cooperados, que recebem desconto na conta de luz a partir da energia que é injetada na rede da empresa Centrais Elétricas do Pará (Celpa).

Os cooperados são produtores rurais, comerciantes, profissionais liberais, localizados em diversas cidades dentro da área de abrangência da Celpa. “Estão espalhados. Além de Paragominas tem cooperado em Marabá e em Belém”, afirma Vale. Segundo ele, hoje a energia gerada contempla apenas os fundadores da cooperativa. Para receber mais interessados, o plano é ampliar a geração. “Estamos entrando com um pleito para aumentar nossa geração”, conta.

Um dos primeiros passos para se enquadrar nesse modelo de negócio é constituir uma cooperativa junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Até o



A Cooper, no Pará, foi a primeira cooperativa de geração distribuída de energia renovável do país

“A diversificação da matriz energética com a geração distribuída pode evitar que a energia falte no futuro”

Marco Morato, analista técnico da OCB



Marco Morato, da OCB

momento, além da Coober, existem apenas quatro cooperativas de distribuição energética operando no território nacional: três em Rondônia e uma em Minas Gerais. De acordo com o analista técnico-econômico da OCB, Marco Morato, além destas, existem atualmente dois processos de registro deste tipo de cooperativa junto à OCB, um deles da Cooperativa Energia Paraná 1.

Morato conta que no modelo adotado pela Coober, todos os cooperados se cotizaram em partes iguais no momento do investimento inicial. “Não existe uma regra quanto a isso, é uma coisa interna de cada cooperativa”, afirma. No caso da cooperativa paraense, os integrantes pagam uma taxa mensal de manutenção e consomem a energia injetada na rede. Desta forma, ao invés de pagarem a tarifa cheia de R\$ 0,76 por kWh da Celpa, os cooperados pagam somente R\$ 0,04 por kWh. Com isso, a previsão do retorno do capital investido pelos cooperados da Coober é de cinco anos. “Sendo que a expectativa de vida da usina é de 25 anos”, pontua Morato.

Resistência

A modalidade de “Geração Compartilhada”, no qual se enquadram as cooperativas de geração distribuída, ainda são muito recentes no país. A normativa da Aneel que abriu a possibilidade deste modelo de negócio entrou em vigor apenas no dia 1.º de março de 2016.

Na opinião do analista da OCB, o modelo de cooperativas de energias renováveis ainda não se difundiu “porque é novíssimo, tanto para o cooperativismo, quanto para o setor elétrico”. Além disso, Morato observa uma resistência por parte de algumas concessionárias de energia que temem perder parte do faturamento. “É um erro, porque na verdade ninguém perde. Se não houvesse crise [econômica], estaríamos passando por uma crise de energia”, afirma, referindo-se ao risco de desabastecimento energético caso tivesse ocorrido crescimento da economia brasileira nos últimos anos. “A diversificação da matriz energética com a geração distribuída pode evitar que a energia falte no futuro”, observa. Segundo a Aneel, até 2024 a geração distribuída deve atender 800 mil consumidores em todo país. Hoje são 12 mil.

Para injetar a energia na rede, o mini ou micro gerador paga uma taxa para a concessionária de energia e instala um medidor de energia bidirecional, que mede o quanto entra e o quanto sai de energia. Esse não é um investimento substancial. O que acaba freando o ímpeto dos investidores não são obstáculos técnicos, mas regulatórios e burocráticos.

Esta é a opinião do engenheiro eletricista Juliano Machado, especialista em energias renováveis. De acordo com ele, o grande entrave para a formação de cooperativas e consórcios



Raphael Vale, da Coober



cios para geração distribuída de energia renovável, não é técnico, mas sim regulatório e burocrático. “Existem diferenças entre o que a concessionária impõe como condição e o que a Aneel determina. Essas imposições podem conflitar”, avalia.

Segundo Machado, a falta de clareza na regulação pode trazer insegurança. “Outro grande problema é o processo de angariar investidores e deixar claro que esse modelo de negócio é viável e seguro do ponto de vista jurídico”, diz.

Para Raphael Vale, da Coober, alguns aspectos da regulamentação não são favoráveis à criação desse modelo de negócio. Um bom exemplo é a ampliação da geração na unidade. Hoje a cooperativa trabalha com 288 painéis so-

lares e uma potência instalada de 74 kWp. Neste formato, a empresa paga R\$ 80 mensais à concessionária paraense referente ao “custo de disponibilidade” da energia. Se quisesse ampliar a potência para 1 MWp, esse custo saltaria para R\$ 18 mil mensais. “É desproporcional”, observa.

Apesar destas dificuldades, Vale é otimista em relação ao futuro. Em seu artigo 15, a RN n.º 687 da Aneel estabelece que a agência reguladora irá revisar esta Resolução até 31 de dezembro de 2019. “Essa legislação ainda está se aperfeiçoando, deve haver adequações no futuro”, observa. Vale lembrar que o mesmo ocorreu na Europa, onde a legislação que rege as políticas de incentivo à geração de energia renovável está em constante atualização.

Geração compartilhada deve crescer nos próximos anos

A Copel, por meio da sua assessoria de comunicação, apontou diversos pontos positivos da geração compartilhada, que deve crescer muito nos próximos anos, beneficiando o sistema elétrico, devido ao complemento que oferece às fontes tradicionais de geração. Este modelo, de acordo com a empresa, deverá favorecer os consumidores, que reduzem seus custos com energia; a economia, que encontrará menores custos de produção; e o meio ambiente, uma vez que a biogeração, em particular, dá um destino aos resíduos do agronegócio.

No caso da energia solar, há um impacto positivo adicional para o sistema elétrico, uma vez que o horário de maior incidência de sol, no início das tardes de verão, a geração a partir destas fontes contribui para poupar os reservatórios das hidrelétricas e, também,

para evitar sobrecargas nas linhas de transmissão que conectam grandes usinas aos centros de carga, e são mais exigidas neste horário.

Sobre os cuidados que devem ser observados para atuar na geração compartilhada, a Copel orienta que antes de solicitar acesso dos conjuntos de minigeração à rede elétrica é importante consultar a companhia, que é a responsável por definir os pontos de conexão e que poderá auxiliar na elaboração dos projetos.

Além disso, caso seja necessário reforço na rede elétrica para efetivar a conexão, a regulação exige uma coparticipação financeira da cooperativa ou consórcio. A Copel lembra também que a regulação impede que os contratos entre os integrantes de cooperativas ou consórcios caracterizem comercialização de energia. A companhia destaca que a modalidade prevista pela legislação é a de ‘compensação’ de energia, em que se acumulam créditos para serem utilizadas pelos cooperados ou consorciados no prazo de 60 meses.

BPA: segurança e qualidade do leite

Curso do SENAR-PR prepara produtores a exigências de mercado, que começam a se tornar rotina na indústria de lácteos

Por Antonio Carlos Senkovski



As Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira (BPA-Leite) são uma sistematização de atividades destinada aos produtores para promover maior atenção com questões ligadas a produção, saúde, bem-estar e segurança dentro das propriedades rurais. Além de ajudarem a tornar o ambiente de trabalho e as tarefas do dia a dia mais organizadas, as técnicas ajudam na melhoria da gestão da propriedade leiteira, na diminuição de perdas de qualidade e especialmente na garantia da segurança do leite produzido.

Na propriedade com BPA há uma metodologia prévia para se realizar atividades do cotidiano. Com as rotinas devidamente adequadas ao padrão desejado, o produtor introduz a realização de *checklists* (lista de tarefas) e documenta as atividades críticas do negócio. Essa cultura de rastreabilidade torna possível medir de forma precisa não apenas despesas e receitas, mas aspectos como defensivos agrícolas usados de maneira eficiente, se a limpeza

Exemplos de vantagens do uso das BPA

- Ambiente sem risco de contaminação;
- Procedimentos adequados de higienização das instalações;
- Manejo correto de animais;
- Funcionários treinados;
- Controle criterioso de doenças;
- Aplicação adequada de medicamentos;
- Manejo de resíduos para evitar pragas na propriedade.

da sala de ordenha foi feita corretamente, quantas doses de medicamento tomou determinado animal e uma série de detalhes importantes.

Formação

O SENAR-PR inicia no segundo semestre deste ano o curso Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira, que tem o objetivo de incorporar à rotina procedimentos essenciais à garantia da produção de leite seguro e de qualidade, com dados devidamente documentados. O treinamento dos 26 instrutores que darão o curso foi realizado de 19 a 22 de junho, no Centro de Treinamento para Pecuáristas (CTP), em Castro, nos Campos Gerais. Após a finalização do material didático será iniciada a formação de turmas pelo Estado.

A necessidade de se formular o curso surgiu com a tendência de a indústria, de modo geral, adotar boas práticas embasadas em certificações internacionais. Nesse contexto, as BPA começam a ser exigidas pelos grandes mercados agropecuários para que os bens produzidos no campo possam circular de acordo com padrões globais. No caso do leite brasileiro, por exemplo, a multinacional Nestlé já exige que seus fornecedores utilizem as BPA, pagando 2,5% a mais pelo leite do produtor que já possui BPA implantada e inspecionada pela Genesis Group, empresa responsável pelas vistorias nas fazendas produtoras de SP, PR, SC e RS, que abastecem alguns dos maiores laticínios participantes do programa Nestlé/DPA, como a Castrolanda, Cooperativa Batavo, Cooperativa Languiru entre outras.

Hoje, segundo a companhia, 90% do volume do produto comprado são de produtores certificados e a empresa não adquire mais leite de quem não tiver um plano para se adequar em um período de três meses. “O nosso checklist, com o passar do tempo, sofreu alterações para ser mais acessível. Nós não temos a intenção de complicar, o que queremos é levar a consciência de registro, chegar a formas que nos garantam a qualidade do leite e a segurança do alimento”, salienta Barbara Sollero, coordenadora de qualidade e desenvolvimento de fornecedores de leite na empresa.

Parceria

A Nestlé é parceira do SENAR-PR na elaboração do material didático para o curso. Barbara Sollero explica que a contribuição vai ao encontro das premissas do desenvolvimento no campo. “Como empresa atuante no Estado e pioneiros dessa iniciativa no mercado lácteo brasileiro, acreditamos que essa parceria irá contribuir para a transformação da cadeia láctea do Paraná rumo

Os conceitos de auditor, consultor e instrutor

Auditor

Profissional cuja atividade é realizar exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em determinada empresa para investigar se elas estão de acordo com as planejadas, se foram implantadas conforme o objetivo proposto.

Consultor

Profissional que tem como atividade fazer consultas técnicas ou pareceres a respeito de assuntos ou matéria dentro de sua especialidade. A atividade de consultor pode ser exercida por uma pessoa autônoma ou por empresa especializada.

Instrutor

Profissional responsável por passar seu conhecimento de forma dinâmica, com o objetivo de dar instruções a uma pessoa durante um curso. Tem o papel de orientar quanto às normas exigidas. O papel de fornecer certificações está fora da alçada do instrutor.

Itinerários formativos

O curso sobre BPA é o primeiro do Itinerário Formativo do SENAR-PR na área de bovinocultura de leite. Os cursos são oferecidos dentro de uma lógica voltada para o mercado, de modo que os participantes sejam direcionados para uma formação mais completa. O itinerário da bovinocultura de leite é composto por 17 formações da mesma área. Os temas vão desde as boas práticas até melhoramento genético, técnicas de manejo, índices zootécnicos, qualidade do leite e bem-estar animal. Ao final do percurso, o aluno terá uma formação profissional completa.



Primeira turma de instrutores formados para darem o curso de Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira

a excelência em produção de leite com qualidade e segurança do alimento”, diz.

Lauren Roncato Macarri, sócia da consultoria Cambona Tecnologia Agroindustrial, é uma das autoras do material didático do curso. Ela chama a atenção para o fato de os próprios consumidores estarem preocupados com resíduos, contaminações e com o impacto ambiental e social na produção agropecuária. “Muito mais do que atender às exigências normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e às legislações trabalhista e ambiental, a adoção das BPA é um modo eficaz de garantir a sustentabilidade na pecuária leiteira”, projeta.

Metodologia

As turmas do curso do SENAR-PR serão formadas por 14 a 18 propriedades. O método de trabalho do curso (ver gráfico) inclui atividades teóricas e práticas. Cada participante terá uma avaliação na sua fazenda no início e no final do curso para que sejam fornecidas instruções de acordo

com as BPAs. Além disso, cada aula teórica será intercalada com visitas a propriedades (uma por vez), ocasiões nas quais serão dadas orientações para instruir os participantes.

O instrutor não tem papel de auditor e/ou de consultor. Para ilustrar a situação, o Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira seguem as diretrizes da certificação internacional Global G.A.P – um “título” exigido por mercados no mundo para provar a prática da agropecuária segura e sustentável. Participar da formação vai esclarecer o que é preciso para obter esse título, mas não dá direito a esse certificado automaticamente.

Lauren Macarri explica que o produtor que estiver disposto a seguir essas diretrizes precisa da consciência de que o primeiro passo é estar aberto a mudanças. “Nem sempre é fácil, muitos produtores ficam receosos, pois executam as tarefas da mesma forma há muito tempo, mesmo sem saber o porquê”, avalia. “Quando implantamos as BPA e o produtor participa das aulas e compreende o motivo de seguir um procedimento, de realizar registros, de fazer treinamentos, a mudança tem início”, completa.

Etapas do curso

A formação possui um total de 36 horas, divididas da seguinte forma:

2h	20h	10h	4h
sensibilização e diagnóstico inicial	aulas teóricas	aulas práticas	diagnóstico e acompanhamento final

“Quando implantamos as BPA e o produtor participa das aulas e compreende o motivo de seguir um procedimento, de realizar registros, de fazer treinamentos, a mudança tem início”

*Lauren Roncato Macarri,
engenheira agrônoma e
especialista em BPA*

Implantar x implementar

Lauren Roncato Macarri, engenheira agrônoma na Cambona Consultoria e Treinamento Agroindustrial, explica que existe uma diferença entre “implantar” as BPA e “implementá-las”. Na implantação é feito um questionário para avaliar a atividade leiteira na propriedade. Nesta avaliação são analisados itens das instalações, equipamentos, mão de obra, manejo, identificação dos animais, alimentação, água, bem-estar animal, entre outros itens. Após a análise, o produtor recebe orientação para então implantar as BPA. A implementação é um segundo passo, que consiste em “manter” o que foi implantado. “Não se pode voltar a praticar o que se fazia antes, por isso se fala que as BPA exigem uma mudança de comportamento”, diz a agrônoma.

Perguntas e respostas sobre BPA

Para que servem as BPA?

O foco das BPA é garantir a produção de leite saudável, sem resíduos de agroquímicos ou de medicamentos e livre de macro-organismos prejudiciais ao ser humano. A ideia é organizar a propriedade como um todo, de modo que não haja risco ao ambiente, aos animais e ao ser humano. Isso inclui o atendimento às legislações sanitárias, ambientais e trabalhistas.

Há exemplos de outras cadeias?

Em cadeias produtivas como olericultura, cana-de-açúcar, fruticultura e erva-mate há exemplos de produtores que implantaram as boas práticas e alcançaram praticamente 100% de conformidade no prazo de quatro ou cinco meses. Nesses casos as rotinas e a gestão ficaram mais ágeis e tranquilas após a implantação das BPA.

É vantajoso adotar as BPA?

A adoção das BPAs é vantajosa para todos. Produtores e indústrias ganham com a melhoria do controle da produção, com a rastreabilidade, com o uso criterioso de medicamentos e produtos químicos e com a segurança do trabalhador. Além disso, as BPA levam à sustentabilidade, viabilizando a permanência na atividade leiteira. Os consumidores, por sua vez, têm garantias de alimento seguro, de proteção ambiental e de responsabilidade social.

O uso de BPA é uma tendência?

Os consumidores estão cada vez mais preocupados com a qualidade, com a segurança, e com a procedência dos alimentos. O consumidor passou a valorizar questões éticas, sociais e ambientais, e associá-las aos alimentos. Nesse contexto, a adoção das BPA é uma tendência que veio para ficar, pois não há como pensar em alimento que não seja seguro. Aquele produtor que se preocupa com o consumidor está agindo em prol da manutenção e do sucesso de sua atividade.

As boas práticas terminam dentro da propriedade rural?

Quando se fala em alimento seguro, em boas práticas, deve-se pensar em toda a cadeia produtiva. De nada adianta um produtor adotar as BPA em sua atividade, dentro da porteira, se o transporte não é feito seguindo as boas práticas, ou se as indústrias também não as adotam (neste caso se chamam BPF – Boas Práticas de Fabricação). Produtor rural, transporte, indústria, distribuição, atacado, varejo, todos os elos da cadeia produtiva devem seguir as boas práticas para que o produto chegue seguro ao consumidor final.

Fonte: Lauren Roncato Macarri, especialista em boas práticas.

Caixa Econômica apresenta estratégias para PAP

Instituição vem aumentando o volume de recursos e de produtos para os agricultores paranaenses



Ágide Meneguette: "Competição entre agentes financeiros é saudável"

A Caixa Econômica Federal (CEF) divulgou, no dia 30 de junho, em Curitiba, suas diretrizes em relação ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18. Na ocasião, representantes do banco mostraram o portfólio de produtos da instituição. Também foram apresentados os gerentes regionais de relacionamento especializados para atuar neste segmento. O evento ocorreu um dia antes do início da liberação dos recursos do governo federal para financiamento da safra. A apresentação foi na sede da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

O Banco do Brasil é a principal instituição financeira a operar linhas de crédito rural no Paraná. Porém, desde que começou sua atuação no mercado do agronegócio, a CEF vem ampliando suas operações no Estado. "O que temos buscado como diferencial é um processo com menos burocracia e mais agilidade", afirmou o diretor executivo de produtos e varejo da Caixa, Humberto Magalhães. "Temos uma meta interna que qualquer operação de crédito rural tenha liberação em até cinco dias", completou.

Segundo ele, o Paraná representa 33% do volume de contratações de crédito da instituição, o que representa R\$ 3,3 bilhões em num volume total de R\$ 10 bilhões, que serão operados em todo país ao longo da safra. Em

2016, as aplicações feitas no Estado somaram R\$ 2,1 bilhões. No primeiro trimestre do ano safra 2016/17, a CEF liberou R\$ 262 milhões para o Paraná. Nesta temporada, durante o mesmo período, estão estimados R\$ 759 milhões.

"Com as dificuldades que devem ocorrer, já que o crédito rural é curto, a atuação da Caixa é muito bem-vinda", destacou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, presente no evento. Para José Roberto Ricken, presidente da Ocepar, a aproximação com o agente financeiro é oportuna. "É o momento de diálogo com o governo para fazermos os ajustes necessários", avaliou.

Agências habilitadas

Das 224 agências da CEF existentes no Estado, 150 estão habilitadas a operar crédito rural. Neste ano, a instituição financeira passa a ter gerentes de relacionamento regional do agronegócio, que no Paraná atuarão em três regiões: Noroeste, Oeste e Campos Gerais. "Eles serão mais um elo entre os produtores e a instituição", disse Humberto Magalhães.

O presidente da FAEP ressaltou a importância da atuação da CEF no Paraná. "É saudável ampliar a competição entre os agentes financeiros, gerando novas opções de escolha para o produtor que demanda agilidade e redução da burocracia no atendimento e na liberação dos recursos do crédito rural de custeio e das linhas de investimento", afirmou Meneguette.

Programa ABC

A Caixa Econômica Federal já estuda para 2018 o começo das atividades para atender mais linhas e programas de investimento do BNDES, como o Programa ABC e o Prorenova. A contratação de linhas como o ABC pode ser utilizada pelos produtores para financiar as adequações ambientais do Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto no Novo Código Florestal.

Começa a contratação de crédito rural para custeio

Governo aboliu trava semestral para a liberação dos limites de recursos ao produtor. Medida atende pleito da FAEP

Com as novas regras do crédito rural definidas no Plano Agrícola e Pecuário (PAP), os agentes financeiros em todo o país começaram a liberar os recursos da safra 2017/18 em julho, após o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar as resoluções que normatizam as alterações promovidas para o novo ciclo.

Uma das novidades para o crédito de custeio foi a redução das taxas de juros agrícola e pecuário em um ponto percentual, para 7,5% no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e 8,5% ao ano para os demais produtores.

Outra novidade foi o fim da trava de liberação dos limites de recursos por produtor, permitindo que contrate a totalidade do limite em qualquer momento do ano. Nas safras anteriores, o governo estipulou uma regra em que até 60% do limite do produtor no custeio deveria ser destinado a contratações a serem efetuadas no período do segundo semestre de cada ano civil e o restante no período do primeiro semestre do ano seguinte. Atendendo uma reivindicação da FAEP, o governo excluiu essa regra ao editar a resolução n.º 4.580 do CMN, de

7 de junho de 2017.

A partir de 1.º de janeiro de 2018, a concessão de crédito rural para o financiamento de atividades agropecuárias em todo o país ficará condicionada à apresentação de recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), para atender à condição prevista no artigo 78-A da Lei nº 12.651/2012, o Novo Código Florestal.

Também foi excluída a retenção de matrizes bovinas e suínas até dois anos para operações com recursos controlados, que antes poderiam ser contratadas até 30 de junho deste ano.

Além disso, o Banco Central passou a exigir das instituições bancárias que os projetos de crédito rural nas operações de custeio devem constar com a data prevista de início e fim do plantio e da colheita. Os agentes financeiros têm reportado que alguns projetos estão chegando sem essa informação, o que pode atrasar a liberação dos recursos.

Confira abaixo como ficaram as principais condições no crédito rural de custeio para o período de 1º de julho deste ano e 30 de junho de 2018:

CUSTEIO – CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO NA SAFRA 2017/18

PROGRAMA	LIMITES POR PRODUTOR/ SAFRA (R\$)	PRAZO MÁXIMO	TAXA DE JUROS (% AO ANO)
Crédito rural (geral)	3 milhões	14 meses (grãos)	8,5
Pronamp	1,5 milhão	14 meses	7,5
Funcafé	3 milhões	90 dias após a colheita	8,5
LCA (taxa controlada)	-	Negociação entre as partes	12,75
Recursos livres	-	14 meses	Livres
Pronaf - Custeio	250 mil	6 meses a 3 anos	2,5 a 5,5

Fonte: Mapa/SPA/DCEE. Elaboração: DTE/FAEP. Data: julho/2

Apetite pelo agro paranaense

Nos últimos meses, fusões e aquisições envolveram empresas do Estado. Aporte financeiro dos novos investidores irá render mais serviços e produtos aos agricultores

Por Carlos Guimarães Filho



Belagrícola foi comprada por um conglomerado chinês

As transformações no agronegócio paranaense não ocorrem apenas no campo, com a adoção de novas tecnologias e modernas práticas agrícolas. Do outro lado do balcão, fusões e aquisições envolvendo empresas do Estado têm chamado à atenção do setor. Principalmente dos agricultores, que irão ganhar mais opções de serviços e produtos nos próximos meses.

O olhar, na maioria estrangeiro, para o agronegócio estadual reforça a projeção de continuidade de crescimento do setor nos próximos anos. Mesmo com uma crise político-econômica instalada no país, os investidores acreditam no retorno financeiro, mesmo que no longo prazo.

“Investidores olham para um horizonte de tempo maior

do que deve perdurar a crise econômica, às vezes até 15 anos. No agronegócio, o Brasil é muito bem posicionado no mercado internacional. As terras abundantes, o *know-how* [termo em inglês para conhecimento] e a posição privilegiada qualificam o país como um grande *player* [termo em inglês usado para definir um país, empresa ou pessoa que está desempenhando um papel relevante em um mercado ou negociação]”, aponta Luiz Fernando Bessa, sócio da Zago Assessoria em Fusões e Aquisições, instalada em Curitiba. “O país tem que amadurecer, principalmente no que envolve os problemas para quem mora aqui. Aos olhos dos investidores, isso é uma oportunidade tremenda, para entrar e consolidar posição no mercado”, complementa.

Movimentação

No mês passado, a paranaense Belagrícola, com mais de 6 mil clientes espalhados por três estados e faturamento de R\$ 2,8 bilhões em 2016, teve 53,99% da sua participação acionária adquirida pelo conglomerado chinês Pengxin. No final de 2015, o grupo havia comprado 57% de outra empresa, a sementeira Fiagril, do Mato Grosso, demonstrando o real apetite da China pelo agronegócio nacional.

“Na época, eles perguntaram de outras companhias no mesmo ramo de negócio, mesmo tamanho e modelo, e chegaram até nós. Começamos uma conversa e alinhamos objetivos e estratégias. O grupo chinês quer ser um grande *player* nacional no agronegócio”, relata Flavio Andreo, CEO da Belagrícola.

No primeiro momento, os investimentos não irão focar na expansão, mas no aprimoramento da capacidade instalada da Belagrícola no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. “Nos próximos dois anos, vamos focar nas regiões que já atuamos, para aumentar a eficiência e o *market share* [termo em inglês para participação]”, destaca Andreo.

Ainda segundo o CEO da Belagrícola, o capital injetado pelos chineses será revertido em uma maior oferta de produtos e serviços para o produtor. Ou seja, a partir dos próximos meses, os agricultores devem encontrar novas formas na comercialização de grãos e insumos.

“Esse capital que entrou possibilita oferecermos outras ferramentas, que hoje ainda não existem, para o produtor. Além dos mecanismos comuns, novos financiamentos, serviços e fornecedores devem surgir nos próximos dois anos”, ressalta o executivo.

O mesmo deve acontecer na Agro100, com sede em Londrina, na região Norte do Estado, que recentemente ganhou um sócio, a companhia de investimentos Aqua Capital. A empresa com DNA paranaense projeta a abertura de novas filiais de insumos e o aumento na capacidade de recebimento e armazenagem de grãos.

“Planejamos abrir 15 filiais de insumos, aumento da capacidade estática e de três a seis novas unidades de recebimento de grãos. Nossa estratégia corporativa está centrada no atendimento dos clientes e, nesse sentido, novos produtos e serviços serão desenvolvidos para criarmos um diferencial competitivo”, ressalta Walter Bussadori, CEO da Agro100, que atualmente conta com 24 filiais e 13 unidades de recebimento no Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Em Irati, nos Campos Gerais, o grupo norte-americano Gaviolon adquiriu metade dos ativos da empresa Moageira, focada

na originação de grãos de trigo e fabricação de farinhas. Segundo divulgou a Gaviolon do Brasil, o negócio é o primeiro de um projeto que inclui expansão para outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e o MaToPiBa (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

“O investidor sabe que precisa casar com o novo sócio para construir um negócio de maior valor. Quem ganha com isso é o cliente final, que acaba beneficiado com o aumento na oferta de produtos e serviços. Além disso, geralmente, o novo sócio traz um *know-how* que melhora o resultado operacional. Essa eficiência, eventualmente, é repassada ao cliente final, inclusive com a redução de preço dos serviços por conta da eficiência”, explica Bessa.

Novos negócios

O agronegócio nacional, e eventualmente o paranaense, deve continuar registrando novas fusões e aquisições nos próximos meses. “Além das oportunidades, os investidores estrangeiros estão se valendo do fato de o real estar desvalorizado. Quando olham para o mercado brasileiro existe o benefício da moeda forte deles, o que torna os investimentos mais baratos”, diz o sócio da Zago.

O executivo da Belagrícola acompanha o discurso: “O mundo conta com o Brasil, pois não existe outro lugar no mundo que irá crescer em produção. A tendência é de que as empresas continuem entrando no país e novos negócios sejam registrados”, conclui Andreo.



Agro100 vendeu parte das ações para uma companhia de investimentos

OPERAÇÃO ENTEBBE

Tropa de elite de Israel toma de assalto
aeroporto em Uganda para libertar passageiros
sequestrados por terroristas





*Idi Amin Dada,
presidente de Uganda*

Em 4 de julho de 1976, tropas de elite de Israel resgataram israelenses ou pessoas de origem judaica mantidos reféns no aeroporto de Entebbe, em Uganda, África. Em 27 de junho, passageiros de um voo da Air France, que viajava entre Tel Aviv (Israel) e Paris (França), foram sequestrados por quatro militantes palestinos e alemães após escala na Grécia. O avião com cerca de 250 pessoas a bordo (12 tripulantes) foi desviado após decolar de Atenas em direção ao continente africano.

Os sequestradores armados com pistolas e explosivos obrigaram a tripulação a aterrissar no aeroporto líbio de Benghazi, onde o avião foi abastecido antes de seguir para Uganda. Os três homens e uma mulher embarcaram em Atenas. Na noite de 28 de junho, o Airbus da Air France pousa em Entebbe, ao Sul da capital ugandesa Kampala, com a autorização do presidente Idi Amin Dada (1925-2003). A ação terrorista foi apoiada por Dada, que pretendia se vingar do governo de Israel após os israelitas se negarem a vender aviões militares a Uganda.

Para soltar os reféns, os sequestradores exigiam a libertação de 53 palestinos ou simpatizantes detidos

em vários países até 1.º de julho daquele ano. Caso contrário, ameaçavam explodir a aeronave com passageiros e tripulantes dentro. O governo de Israel fingiu abrir negociação, ganhando mais prazo para atender as exigências dos terroristas: 4 de julho. Enquanto isso, planeja a ação militar para resgatar os reféns.

O plano de intervenção de Israel ganhou força após os sequestradores separarem israelenses e judeus dos outros passageiros e tripulação, libertando 148 pessoas, que partiram no avião da Air France rumo a Paris. Enquanto isso, 105 pessoas seguiram cativas, incluindo o piloto Michel Bacos. Israel acreditava que os reféns seriam mortos mesmo se as exigências fossem atendidas.

Os reféns foram mantidos em uma sala do aeroporto. Os quatro sequestradores ganharam apoio de mais três militantes e de forças do exército ugandês. Os terminais do aeroporto de Entebbe haviam sido construídos por uma empresa israelense, que forneceu as plantas. Os militares montaram réplicas do local para treinarem os soldados.

No dia 3 de julho, às 23h local,

quatro aviões Hércules da força aérea israelense sobrevoam baixo o lago Victoria e pousam no aeroporto. A ação não foi detectada pelo controle aéreo ugandês. O governo do Quênia, adversário de Uganda, deu apoio logístico secreto a Israel, permitindo que os aviões pousassem em Nairóbi antes da intervenção no país vizinho. O primeiro grupo de assalto usa um Mercedes preto, réplica do veículo oficial do presidente Amin Dada. Os israelenses tomam o controle do aeroporto. Os sete terroristas são mortos e os reféns são libertados. Levados a um avião, três morrem atingidos pelo revide do exército de Uganda. O único soldado israelense morto na operação foi o tenente-coronel Yonathan Netanyahu, chefe do comando que libertou os passageiros e irmão mais velho do atual primeiro-ministro de Israel.

Humilhado, Idi Amin Dada mandou assassinar toda a equipe que fazia o controle aéreo na noite da ação israelense. Uma passageira que havia sido levada a um hospital de Kampala, no início do sequestro, também foi morta por ordem do presidente ugandês.

Prosolo abre adesão para pessoa jurídica

Empresa precisa estar vinculada a produção agrícola, pecuária ou florestal. Prazo termina no dia 29 de agosto



Os produtores rurais, pessoa física ou jurídica, podem aderir ao Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo). A abertura para inscrição de empresas, desde que vinculada à produção agrícola, pecuária ou florestal, ocorreu após um parecer jurídico da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). O prazo para adesão ao Prosolo termina no dia 29 de agosto.

O objetivo de incluir as pessoas jurídicas com finalidades agropecuárias no programa é permitir a adesão total dos produtores paranaenses. “Queremos que o máximo possível de agricultores participem do projeto, para retomarmos as práticas conservacionistas no Estado”, ressalta Ronei Volpi, coordenador do Prosolo.

Desde o lançamento do programa, em agosto de 2016, os produtores têm um ano para se inscrever, de forma voluntária. Ou seja, até o dia 29 de agosto. Posteriormente, mais um ano para apresentar o projeto de conservação de solo e água. E até três anos para colocá-lo em prática de acordo com o cronograma do projeto.

Ao longo dos próximos anos, o Prosolo terá como ob-

jetivo conservar os principais patrimônios do agricultor – água e solo –, a manutenção da produtividade e das boas safras e, conseqüentemente, na renda do produtor. De acordo com dados da Seab, atualmente 30% das lavouras do Paraná registram algum processo de erosão.

Difusão

O Prosolo começou com a difusão da conservação do solo e água. Desde o final do ano passado, o programa tem percorrido o Paraná, participando de eventos do agronegócio, como Dias de Campo e feiras agropecuárias, para detalhar as etapas. Paralelamente, ocorre a capacitação de técnicos. O curso semipresencial tem como objetivo atualizar os profissionais com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PR) capacitando-os na elaboração e execução de projetos de conservação de solo e água em propriedades rurais e microbacias hidrográficas.

Mais informações no site prosolo.pr.gov.br.

Cana-de-açúcar remunera produtor em Cianorte

Região apresenta cenário econômico otimista na produção canavieira



total (que abrange o maquinário, mão de obra, insumos, arrendamentos, despesas administrativas, financiamento de capital de giro, depreciações e remuneração do proprietário) ficou em R\$ 64,17 por tonelada, enquanto que a receita bruta foi de R\$ 78,30/t, o que proporcionou uma margem líquida aos agricultores de R\$ 14,13/t, valor que permite remunerar o produtor.

Se fosse utilizado como parâmetro o custo total, que envolve a remuneração da terra e do capital, o resultado seria negativo em R\$ 5,18 tonelada por hectare.

Na opinião do produtor Dórisval Maretelle Santiago, que participou do levantamento do Projeto Campo Futuro em Cianorte, dois fatores propiciaram este resultado. “A cana nova é mais produtiva e este ano o preço melhorou um pouquinho, apesar de ter espaço para me-

A produtividade da cana-de-açúcar em Cianorte (região Noroeste), na temporada 2017/18, aponta para uma produtividade de 80 toneladas por hectare, deixando os produtores no lucro, com uma margem líquida de R\$ 14,13 por tonelada.

Essas e outras informações foram levantadas pelo Projeto Campo Futuro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), desenvolvido em conjunto com o Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), vinculado à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

Os dados foram colhidos durante reunião realizada com produtores no Sindicato Rural de Cianorte em 24 de maio deste ano. De acordo com o levantamento, o custo operacional

lhorar mais”, avalia.

O valor do Açúcar Total Recuperável (ATR) da cana ficou em R\$ 0,58, enquanto que o teor de ATR ficou em 135 Kg/t.

Trabalhando com cana-de-açúcar há mais de 10 anos, Santiago planta 48 hectares e é fornecedor de uma usina da região que se responsabiliza pela colheita. Este é o principal componente no custo de produção da cana, segundo o levantamento da CNA, respondendo por 36% do custo total. Na sequência vêm os custos com a remuneração da terra, que correspondem a 20%.

No caso de Santiago, que produz em terra própria para a usina, existe um custo de colheita da ordem de R\$ 33 por tonelada colhida. No seu caso, a colheita da última safra foi toda manual, mas deverá ser a última deste tipo. “Esta safra que vem agora já vai haver colheita mecanizada”, diz.

PER muda vida de ex-fotógrafo

Curso do SENAR-PR turbinou negócios do produtor Kazuo Hamamoto, que agora sonha em tornar Cianorte um polo de produção de flores



Ouça a entrevista desta reportagem no nosso site www.sistemafaep.org.br

Kazuo e Márcia Hamamoto em sua plantação de rosa

casal se manteve de 2004 até 2012, quando foram a Curitiba ver a premiação do PER. Na ocasião, os dois se inspiraram com as histórias dos vencedores e traçaram o objetivo de subir no palco como premiados no ano seguinte. “Em 2013, fizemos o curso e nosso projeto foi classificado entre os dez melhores do Paraná”, diz, o produtor, que hoje tem uma média de produção de 200 dúzias de flores por semana.

O ex-fotógrafo relata que o curso mudou radicalmente o dia a dia na propriedade. “Muitas vezes se tem a visão de que produção rural pode ser de qualquer jeito, mas não é assim”, explica. “Antes eu marcava coisas em um papel, depois sumia aquele papel. E no curso nós aprendemos a fazer tudo no computador, controlar o lucro, as perdas, tudo isso”, completa.

Dobrar a produção em um ano sem aumentar a área parece sonho, mas foi o que os agricultores Kazuo e Márcia Hamamoto, de Cianorte, no Noroeste do Paraná, conseguiram alcançar. Eles ampliaram sua plantação de 3 mil pés de flores para cerca de 7 mil – principalmente de rosas. O casal fez o Programa Empreendedor Rural (PER) em 2013. O curso ajudou os Hamamoto a mudarem a gestão da propriedade. Os dois colhem os resultados da transformação até hoje e Kazuo usa a experiência para sonhar ainda mais alto: quer tornar a cidade onde mora em um polo produtor de flores.

Hamamoto conta que atuou durante 35 anos como fotógrafo profissional. Em 2000, quando se aposentou, decidiu investir na produção de flores na zona rural de Cianorte. Mas ele precisou de quatro anos trabalhando no Japão para juntar o dinheiro necessário. No início da atividade, em 2004, ele tinha cerca de 3 mil pés plantados e tirava 90 dúzias semanais.

Foi mais ou menos nesse ritmo de produção que o

Transformação

Quatro anos depois de terem ficado em 4.º lugar no PER, Hamamoto, que integra a diretoria do Sindicato Rural de Cianorte, agora quer ajudar a transformar o município em um polo de produção de flores. Anualmente, ele tem apresentado projetos para obter o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR para levar grupos de produtores a capacitações no cultivo de flores na Expoflora, em Holambra, no interior de São Paulo, onde se concentra a maior produção no Brasil. Neste ano, 44 produtores participaram, entre 21 e 23 de junho, da viagem técnica.

Por enquanto, os produtores de Cianorte vendem somente dentro do município e não conseguem suprir a demanda das seis lojas de decoração da cidade. Mas, no que depender de Hamamoto, é só uma questão de tempo para esse cenário mudar. “Temos uma associação de produtores e estamos montando uma cooperativa. É uma coisa para o futuro”, projeta.

Agronegócio sustentável e tecnológico

Engenheiro agrônomo Xico Graziano faz ciclo de palestras no Paraná entre 31 de julho e 10 de agosto



Xico Graziano durante palestra no PER 2015

O caminho sem volta da sustentabilidade no agronegócio é a pauta de um ciclo de palestras promovido pela CBN Londrina, com apoio da FAEP. Entre os dias 31 de julho e 10 de agosto, o engenheiro agrônomo especialista no tema Francisco Graziano Neto, também conhecido como Xico Graziano, vai percorrer oito cidades do Paraná para detalhar e apontar caminhos para vencer os desafios de produzir mais em harmonia com o meio ambiente.

Em uma amostra do que vai levar aos participantes, Xico Graziano antecipa que para entender o tema hoje é preciso partir do ponto de que não há como ser a favor ou contra a sustentabilidade no agronegócio. “Essa é uma agenda de futuro obrigatória. Pensar na produção sustentável se tornou um movimento mundial e o Brasil não pode ficar fora disso. Queremos dominar a agenda da sustentabilidade ou queremos engoli-la? Temos que nos preparar para dominar essa agenda”, responde.

Graziano salienta que o futuro do agronegócio está no uso cada vez maior de tecnologia, e não ao contrário, como defendem alguns grupos na sociedade. “Nosso desafio é produzir mais de forma sustentável, não produzir menos e reduzir o uso de avanços científicos nas lavouras. Toda vez que a humanidade passou por dilemas na histó-

ria, uma série de forças se moveram, mas quem encontra solução é o avanço tecnológico. A inteligência humana resolve”, sintetiza.

Nas suas viagens pelo Brasil, o palestrante relata que vê iniciativas que colocam o agronegócio brasileiro em posição de destaque na busca pela sustentabilidade. Ele enfatiza o papel dos paranaenses nesse aspecto. “O Paraná há muito tempo lidera movimentos de sustentabilidade. Na questão da conservação dos solos, por exemplo, técnicas que são hoje usadas no Brasil inteiro saíram do Estado. E em outras questões também, como em trabalhos de preservação de micro bacias e mata ciliar”, cita.

Reconhecimento

Graziano defende que a agropecuária brasileira passa hoje por um momento importante não só porque tem conseguido aumentar a produtividade, mas avançado na agenda de boas práticas. “A agropecuária está em uma fase de reconhecimento de sua importância pela sociedade. Nessa crise, quem está segurando as pontas é o agro. É o momento de bater no peito e dizer: ‘este país precisa dar o devido valor ao agronegócio.’”

Programe-se

31/07: Foz do Iguaçu
01/08: Cascavel
02/08: Maringá
03/08: Campo Mourão
07/08: Curitiba
08/08: Guarapuava
09/08: Ponta Grossa
10/08: Londrina

*As palestras acontecem das 20h às 21h30.
A entrada é gratuita, mas os interessados devem solicitar os convites pelo e-mail cbn@cbnlondrina.com.br.
As vagas são limitadas.*

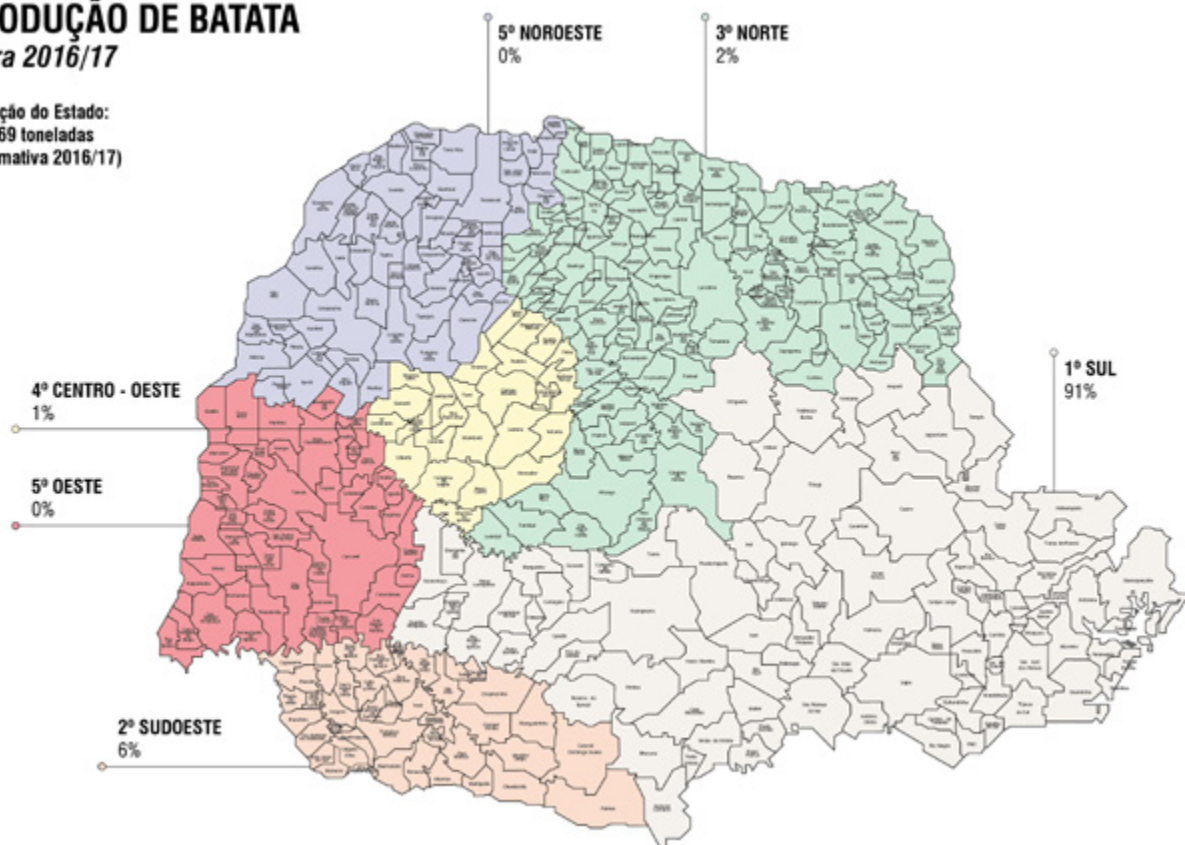
Batata em diversas facetas

No Paraná, tubérculo é consumido *in natura*, além de abastecer as indústrias de chips, batata palha e pré-frita congelada

PRODUÇÃO DE BATATA

Safra 2016/17

Produção do Estado:
931.269 toneladas
(*estimativa 2016/17)



Independentemente da forma, a batata tem importante papel na alimentação da população. Seja *in natura*, congelada, chips, frita ou variando conforme a criatividade do cozinheiro, o tubérculo tem lugar garantido nas refeições. O Paraná possui produção suficiente para abastecer o mercado interno e outros estados.

Esta informação consta no estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, desenvolvido pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio paranaense: soja, milho, trigo, feijão, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata, mandioca e fertilizantes.

A safra paranaense 2016/17 está estimada em 931 mil toneladas. Como o tubérculo alcança seu melhor potencial de desenvolvimento em clima ameno, a produção estadual está concentrada na região Sul (91%). Curitiba e Guaruapuava concentram 56% da produção. Somadas as duas

safra, a cultura representa 1,52% do Valor Bruto de Produção (VBP), ocupando a 15.ª posição no ranking.

A comercialização ocorre praticamente todos os meses do ano, pois o tubérculo não permite armazenagem por longo período. Na primeira safra, dezembro, janeiro e fevereiro registram maior volume de colheita e comercialização, enquanto a segunda safra está concentrada em maio e junho.

O principal destino da batata é a rede de indústrias, que realizam o beneficiamento do produto. Outra importante forma de comercialização ocorre via Centrais de Abastecimento do Paraná (Ceasas). Somente a unidade de Curitiba movimentou quase 70% do volume total de batata de todas as unidades do Estado, o equivalente a 92 mil toneladas. Uma pequena parcela é destinada a produção de semente.

Acesse o estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense” na íntegra no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

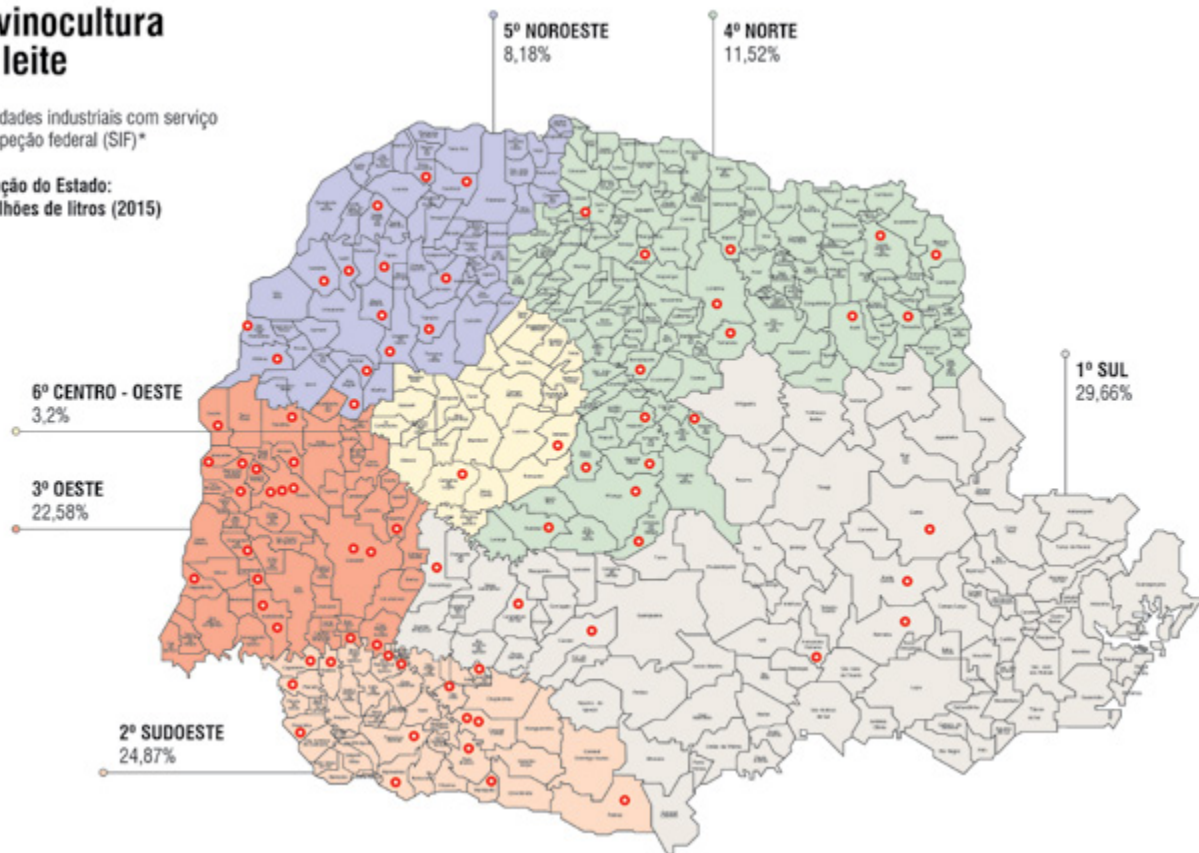
Logística complexa do leite

Produza mobiliza frota de caminhões, que diariamente transportam 12 milhões de litros das propriedades até as indústrias do Estado

Bovinocultura de leite

● Unidades industriais com serviço de inspeção federal (SIF)*

Produção do Estado:
4,6 bilhões de litros (2015)



O transporte diário de 12 milhões de litros de leite deixa evidente quão complexa é a logística de escoamento da pecuária leiteira no Paraná. Esse elo da cadeia produtiva representa um enorme desafio para as indústrias, principalmente pelo fator custo. Na tentativa de minimizar os efeitos, as empresas têm, na medida do possível, substituído os caminhões “toco”, com capacidade para seis mil litros, pelos “truck”, de 15 mil litros, otimizando o transporte do produto das propriedades até os postos de resfriamento.

Quando se refere aos laticínios de grande porte, o raio de atuação envolvendo a coleta primária (propriedades) chega a 150 quilômetros, enquanto que os menores atingem 50 quilômetros. Ainda, as indústrias referências no Estado podem receber leite de propriedades distantes até 500 quilômetros. Em 2015, O Valor Bruto de Produção (VBP) da atividade representou R\$ 4,4 bilhões, valor que a coloca entre os quatro primeiros colocados no ranking de culturas. No mesmo ano, o Estado produziu 4,6 bilhões de litros.

Essas e outras informações constam no estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, desenvolvido pelo DTE da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio estadual: soja, milho, trigo, feijão, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata, mandioca e fertilizantes.

A agilidade no transporte do leite garante que as indústrias transformem a matéria-prima em produtos e coprodutos, como leite em pó e fluido, queijos, iogurtes, bebidas lácteas, manteiga, requeijão e soro, que são consumidos pelo mercado interno e também enviados para diversos países. Em 2016, o Paraná exportou 4,5 mil toneladas de produtos lácteos, principalmente leite em pó (3,2 mil t) e queijos fundidos (1,2 mil t). Os laticínios estão presentes em 169 municípios do Estado, principalmente nas regiões Norte (85), Sudoeste (64) e Oeste (48). Para abastecer essa rede, cerca de 100 mil produtores, de todos os tamanhos, estão espalhados pelos 399 municípios do Paraná. O estudo completo pode ser acessado no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

Teixeira Soares comemora 100 anos de fundação

Sindicato rural participa da festa e organiza o VI Encontro de Produtores Rurais



Expotexas, feira agrícola em Teixeira Soares

xas. Neste ano, a festa acontece entre os dias 12 e 16 de julho, no Centro de Eventos Miguel Belinoski e inclui na sua programação a comemoração aos 100 anos de Teixeira Soares. O evento mostra os setores econômicos da cidade, especialmente na área da agricultura familiar, e abre suas portas às principais empresas do ramo agrícola da região. Na programação estão shows, almoços com costela e leitão recheado e o concurso da rainha da festa e Miss Teixeira Soares.

Dentro da feira, no dia 13 de julho, o Sindicato Rural de Teixeira Soares e o Sistema FAEP/SENAR-PR promovem o VI Encontro de Produtores Rurais, com uma programação das 8 às 22 horas. O evento tem

apoio da LactoBom, da Pró-Rural, do Instituto Emater e do governo do Paraná. Em debate estarão temas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), estratégias de mercado e sucesso e prosperidades nas propriedades. Ainda nesse encontro ocorre a abertura de um rodeio country, que terá apresentações de montaria e outras atrações.

Resgate

A Prefeitura de Teixeira Soares também divulgou que, em parceria com as secretarias municipais, colocou em prática um projeto para resgatar a história do município. A ideia é juntar as pastas, especialmente as de Educação e Cultura, para que os estudantes, por meio de trabalhos, mostrem acontecimentos que fizeram parte do desenvolvimento do local. Redações, versos, músicas e outras manifestações artísticas já saíram desses projetos e a ideia é fazer exposições com esses trabalhos, de acordo com a prefeitura.

O município de Teixeira Soares, nos Campos Gerais, comemora no dia 14 de julho seu primeiro centenário. Com cerca de 10 mil habitantes, a cidade se mobiliza em uma série de eventos para marcar a passagem ao seu segundo século. Encontros de produtores rurais, uma exposição agroindustrial e projetos de resgate da história do local estão entre os festejos organizados pelos moradores para marcar o acontecimento.

Teixeira Soares tem uma vocação agropecuária que se reflete nos indicadores socioeconômicos locais. Quase metade da população do município vive na área rural. De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), o Valor Bruto Agropecuário (VBP) fechou em R\$ 462 milhões em 2016 (segundo maior da regional de Irati). As atividades que mais contribuíram para esses resultados são, respectivamente, soja, leite, frango e milho.

Devido a importância do agronegócio, há seis anos a prefeitura do município realiza uma exposição, a Expote-

Prorrogação dos prazos de financiamentos para pecuária

O Banco do Brasil vai estender até o final de 2017 a medida que visa facilitar e simplificar a prorrogação das operações da atividade pecuária de custeio (para até um ano) e investimento (para até um ano após o vencimento

da última parcela). A medida é válida para pecuaristas com operações financeiras com vencimento até dezembro de 2017 e que estão encontrando dificuldades de comercialização. A medida atende solicitação da FAEP, que recomenda aos produtores procurarem as agências bancárias para formalizar os pedidos de renegociação com antecedência mínima de 15 dias antes do vencimento das parcelas. Em 8 de junho, a FAEP encaminhou ofício ao BB solicitando essa medida, considerando que os preços da arroba do boi pioraram desde março e a comercialização está lenta ou travada, o que impacta na renda dos produtores, que estão sem capacidade de pagamento para honrar os compromissos assumidos no crédito rural.

Campos Gerais recebe eventos relacionados à carne

Ponta Grossa (Campos Gerais) irá receber três eventos relacionados à carne. Entre os dias 17 e 22 de julho ocorrem a XXX Fenovinos, 1ª Fenovinos Paraná e 3º Encontro Mercadológico da Carne, no Centro Agropecuário Municipal. De acordo com a organização, os eventos são

complementares, pois reúnem palestras, apresentação de raças de pista e visitas a propriedades referência nos setores de ovinos e bovinos. O Sistema FAEP/SENAR-PR e o Sindicato Rural de Ponta Grossa apoiam os eventos. Criada em 1987, a Fenovinos promove a exposição de ovinos com julgamento em pistas, progênies de pai e mãe e realização do ranking paranaense. A expectativa é reunir 6 mil ovinos de oito raças desenvolvidas e adaptadas para produção de carne com qualidade na indústria. No 3º Encontro Mercadológico da Carne, o objetivo é apresentar inovações tecnológicas para melhora da eficiência e sustentabilidade aos produtores de ovinos e bovinos.



LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Gato enroscado - A leitora Bethazia Felícia, de Andará, mandou a foto do seu gatinho em uma tremenda enrascada. Desce daí bichano!



Metamorfose - José Aparecido da Silva, de Tamarana, fotografou essa borboleta logo após sair do casulo. Prova de que as transformações que acontecem na nossa vida são muitas vezes necessárias.

Separar razão e emoção

Em apresentação a representantes de colégios agrícolas do Paraná, coordenadora do Programa Herdeiros do Campo diz que é preciso despertar a atenção para a sucessão familiar



Luciana Matsuguma coordenadora do curso Herdeiros do Campo

A sucessão familiar no campo é um tema ainda pouco discutido nas propriedades. Em geral, uma transição de sucesso exige também uma mudança cultural. A explicação é da coordenadora do Programa Herdeiros do Campo, do SENAR-PR, Luciana Matsuguma, feita durante o Simpósio do Eixo de Recursos Naturais, promovido pela Secretaria Estadual da Educação (Seed). O evento reuniu professores e diretores de colégios agrícolas do Paraná, no dia 29 de junho, em Curitiba.

Um dos passos mais importantes para tornar as famílias capazes de fazer um bom processo sucessório, segundo Luciana, é mobilizar todos os membros do núcleo familiar. Nesse ponto, destaca, é preciso ter clara separação entre emoção e razão. “Em muitos casos, os negócios são concentrados na mão de uma única pessoa. Quantas mulheres têm acesso às contas da propriedade? Quantos filhos sabem o patrimônio ou os custos de produção das lavouras?”, questiona a coordenadora.

Uma característica no Paraná e em outros estados do Sul do Brasil, de acordo com Luciana, é que os jovens saem das áreas rurais para buscar estudo. Para ela, isto precisa parar de ser visto como abandono do campo e

impeditivo à atuação na agricultura. “Seu filho pode ser médico, por exemplo, e ainda assim ser sócio atuante nas propriedades rurais. Não é preciso morar no local para que os negócios funcionem”, esclarece.

Hoje, a média de idade dos proprietários rurais paranaenses, de acordo com levantamento do Programa Herdeiros do Campo, é de 60 anos. Mas toda essa tradição por si só não basta para vencer os desafios do futuro, como aponta o gerente do Departamento de Aprendizagem Rural do SENAR-PR, José Carlos Gabardo. “Vivemos uma realidade na qual o problema não é mais quem sabe fazer. Nós não temos quem saiba tomar boas decisões. Nossa preocupação é preparar pessoas para isso”, aconselha.

Em 2017, há 30 turmas do Herdeiros, três delas (em Palotina, Apucarana e Londrina) já encerradas. Em 16 municípios, os cursos estão em andamento e

têm conclusão entre julho e outubro. Há ainda duas cidades (Castro e Mariluz) nas quais as turmas iniciam em outubro, com aulas até novembro e dezembro, respectivamente.

Herdeiros do Campo na internet

O site do Programa Herdeiros do Campo já está funcionando. A iniciativa é voltada a produtores proprietários e suas famílias e visa despertar a necessidade de se fazer um planejamento sucessório nas dimensões de patrimônio, família e empresa. Na página na internet é possível encontrar informações, notícias e entrar em contato com o SENAR-PR para mais detalhes sobre o projeto.

Os interessados na formação podem acessar herdeirosdocampo.com.br ou entrar em contato com os sindicatos rurais para obter mais informações.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 04 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de junho de 2017, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em junho de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2017.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de junho de 2017, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JUNHO DE 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,24%	58,91	2,15%	56,44
AME	38,15%	68,66	29,55%	67,40
EAC - ME	2,87%	1.702,02	3,56%	1.844,20
EAC - MI	27,26%	1.538,89	29,19%	1.608,43
EA - of	0,05%	1.682,00	0,05%	1.738,57
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	28,16%	1.377,31	34,05%	1.431,16
EH - of	1,28%	1.351,91	1,44%	1.452,63
obs: EAC - ME + MI + of	30,17%	1.554,61	32,80%	1.634,24
EHC - ME + MI + of	29,44%	1.376,21	35,49%	1.432,03

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,24%	0,6680	2,15%	0,6400
AME	38,15%	0,7816	29,55%	0,7673
EAC - ME	2,87%	0,5988	3,56%	0,6488
EAC - MI	27,26%	0,5414	29,19%	0,5659
EA - of	0,05%	0,5918	0,05%	0,6117
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	28,16%	0,5057	34,05%	0,5255
EH - of	1,28%	0,4964	1,44%	0,5334
Média		0,6269		0,6157
obs: EAC - ME + MI + of	30,17%	0,5469	32,80%	0,5750
EHC - ME + MI + of	29,44%	0,5053	35,49%	0,5258

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,38%	56,44
AME	56,17%	58,62
EAC - ME	0,62%	1.844,20
EAC - MI	19,57%	1.695,45
EA - of	0,01%	1.738,57
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	23,00%	1.504,25
EH - of	0,25%	1.452,63

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,38%	0,6400
AME	56,17%	0,6673
EAC - ME	0,62%	0,6488
EAC - MI	19,57%	0,5965
EA - of	0,01%	0,6117
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	23,00%	0,5523
EH - of	0,25%	0,5334
Média		0,6264

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	68,40	76,40
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	68,40	76,40

Maringá, 29 de junho de 2017

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-presidente



RIBEIRÃO DO PINHAL

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal promoveu, de 12 a 14 de junho, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão. Participaram 15 pessoas com o instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.



RONDON

PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Rondon organizou, nos dias 19 e 20 de junho, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – Primeiros Socorros. Participaram 12 pessoas com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves.



BANDEIRANTES

CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu, nos dias 8 e 9 de junho, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Conservação de Frutas e Hortaliças, Geleias, Doces de Corte e Doces Pastosos. Participaram 13 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.



PALOTINA

OPERADOR DE COLHEDORA

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, entre 15 e 19 de maio, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes – Colhedora Axial – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram nove pessoas com a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski.



UBIRATÃ

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Ubitatã promoveu, entre 12 e 17 de junho, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram seis pessoas com o instrutor Lucas David Schemberge.



JURANDA

MORANGUEIRO

O Sindicato Rural de Juranda promoveu, no dia 22 de junho, o curso Trabalhador na Fruticultura Básica – Clima Temperado – Moranguero. Participaram 13 pessoas com o instrutor Sérgio Takashi Noguchi.



CIANORTE

AGROTÓXICO

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte, promoveu, entre 13 e 15 de março, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Pulverizador Costal Manual. Participaram dez pessoas com o instrutor Mauro Moreira dos Santos.



TIBAGI

SEGURANÇA NO TRABALHO

O Sindicato Rural de Tibagi promoveu, nos dias 12 e 13 de junho, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – NR 33 – Trabalhador e Vigia. Participaram dez pessoas com o instrutor Sandro Martins.

VIA RÁPIDA

Mais fortes



Um estudo realizado pela Universidade de Houston (Estados Unidos) tenta responder porque os chimpanzés são mais fortes que os seres humanos. Os pesquisadores já conseguiram identificar que os animais são 1,5 vez mais fortes do que os humanos em tarefas como saltar e empurrar. Além disso, os macacos têm o dobro de fibras musculares de contração rápida, úteis para correr em velocidade. Os humanos têm fibras musculares de contração lenta, mas que são mais resistentes. Ou seja, os chimpanzés cansam mais rápido.

Máquina de dinheiro

Há 50 anos, entrava em operação o primeiro caixa eletrônico da história. A máquina, criada pelo escocês John Shepherd-Barron (1925-2005), foi inaugurada em uma agência do banco Barclays, em Enfield, na Inglaterra, no dia 27 de junho de 1967. A estimativa é que atualmente estão em funcionamento no mundo cerca de 3 milhões de caixas eletrônicos.



O matemático e o motorista

Um matemático estava a caminho de uma conferência, quando o seu motorista comentou:

Patrão, já ouvi tantas vezes a sua palestra que tenho certeza de que poderia fazê-la no seu lugar.

– Isso é impossível.

– Quer apostar?

E fizeram a aposta. Trocaram de roupa e, quando chegaram no local da conferência, o motorista foi para a tribuna enquanto o matemático instalou-se na última fila.

Depois da palestra, começou a sessão de perguntas, que ele respondeu com precisão. No final, levantou-se um sujeito que apresentou uma questão difícilíssima. Com muita calma, ele respondeu:

– Meu jovem, essa pergunta é tão fácil, mas, tão fácil, que vou pedir para o meu motorista responder.



“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina,
poetisa e contista brasileira (1889-1985)



Vaca de franja

Acostumada com o clima frio e úmido da Escócia, a raça bovina Highland, também conhecida como gado escocês, é bem diferente dos “parentes” encontrados nas propriedades brasileiras. O animal tem uma pelagem dupla (camada externa grossa longa e a interna, lanosa e macia) avermelhada, o que favorece sua ambientação às baixas temperaturas. O revestimento natural do gado escocês faz o animal não ter uma camada de gordura subcutânea para o isolamento. E mesmo criado com forragem de baixa qualidade, produz carne magra, com baixo teor de gordura e alta qualidade.

Sabe com quem está falando?

Todos os alunos estão tensos, pois é dia de prova na faculdade. O professor diz:

– O horário de entrega das provas é dez em ponto. Ouviram? Se alguém me entregar a prova às dez e um, eu não vou aceitar.

E então se inicia a prova. Muitos alunos acabam rápido, outros demoram, mas conseguem entregar até as dez horas. Apenas um estudante continua fazendo o exame.

Quando o professor está se preparando para ir embora, o aluno levanta e vai entregar a prova:

– Tá aqui, professor.

– Agora eu não vou aceitar mais. Deixei bem claro que só aceitaria provas até as dez horas.

– Professor... o senhor sabe com quem está falando?

– Não, não sei.

Então o aluno pega a pilha de provas, coloca a sua no meio, e diz:

– Então descobre.



UMA SIMPLES FOTO



Raios

A Organização Mundial de Meteorologia (OMM) incluiu em uma compilação de eventos climáticos pelo planeta registros de duas descargas elétricas na atmosfera de grandes proporções. Em 2007, foi visto nos Estados Unidos o maior raio já registrado até então no mundo, que percorreu 321 quilômetros sobre o céu de Oklahoma. Já o que teve maior duração foi na França, em 2012. O relâmpago durou 7,74 segundos.



CONECTADOS

Uma pesquisa realizada pela consultoria Spark Inteligência Estratégica mapeou como o produtor rural brasileiro faz uso da internet, aplicativos e redes sociais.

7 de cada 10 entrevistados acessam a internet. O celular é o aparelho utilizado pela maioria para entrar na rede mundial de computadores, em casa ou na propriedade

65% dos smartphones são da plataforma android



79% acessam a internet todos os dias

Em relação a redes sociais, **97% utilizam o Facebook**, que é o preferido de 94% dos entrevistados



O Whatsapp é usado por **97%** para trocar mensagens. Dos entrevistados, **95%** dizem que fazem parte de grupos de amigos e família. **41%** participam de grupos ligados ao trabalho



87% ficam conectados durante a semana. **13%** nos fins de semana. Deste total, o período da noite é o preferido para acessar à internet para **45%**. Pela manhã, **35%**

6 de cada 10 buscam informações sobre defensivos agrícolas na internet

7 de cada 10 entrevistados buscam na internet informações antes de comprar maquinários

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Falecido
- Desconhecido
- Ausente
- Recusado
- Não procurado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |

Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |

Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

